

A política como conflito: a noção de antagonismo na teoria de Ernesto Laclau

Politics as conflict: the notion of antagonism in Ernesto Laclau's theory

Letícia **BARON**

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (RS), Brasil
letibaron@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2784-2163> 

Bianca de Freitas **LINHARES**

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (RS), Brasil
biancaflinhares@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-2541-3640> 

Mais informações da obra no final do artigo ●

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar as dimensões que a noção de antagonismo possui na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Sabendo que os autores constroem um amplo aparato analítico e conceitual consubstanciado no conflito como inerente à política, o artigo visa compreender como os autores concebem a noção de antagonismo e qual a sua relevância teórica. Para atingir tal fim, adota-se como metodologia a análise bibliográfica, especificamente das obras *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*, *Novas Reflexões sobre a Revolução de Nosso Tempo*, *A Razão Populista*, *Fundamentos Retóricos da Sociedade* e de alguns comentadores. Os resultados mostram que o antagonismo se mostra pelo caráter relacional dos processos de identificação dos discursos na ordem do social e vincula-se à contingência e à precariedade do discurso hegemônico.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria do discurso. Conflito. Antagonismo.

ABSTRACT

The paper aims to present the antagonism's theoretical approaches in Laclau and Mouffe's Discourse Theory. Knowing the authors build a large analytic and conceptual apparatus synthesized on the idea that conflict is inherent to politics, the paper aims to understand how the authors conceive the notion of antagonism and what is its theoretical relevance. To achieve this aim, a bibliographic analysis is adopted as methodology, specifically using the works *Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*, *New Reflections on the Revolution of our Time*, *On Populist Reason*, *The Rhetorical Foundations of Society* and some commentators. The results show that antagonism shown by the relational character of the process of identification of discourse in the order of the social, and by the contingency and precariousness of hegemonic discourse.

KEYWORDS: Discourse Theory. Conflict. Antagonism.

1 INTRODUÇÃO

A teoria política tem se debruçado durante séculos para compreender a dicotomia firmada entre o estabelecimento da ordem e a emergência de conflitos. Nas últimas décadas, em oposição às teorias que consideravam os conflitos uma excrescência incompatível com a democracia – como o deliberativismo e o liberalismo – surgiram diversos teóricos que deram centralidade aos conflitos como condição da democracia (ARDITI, 1995; MOUFFE, 2015; RANCIÈRE, 2018). Influenciados pelas contribuições pós-estruturalistas, pós-marxistas e pós-fundacionais, Laclau e Mouffe deram importantes contribuições para o debate através do desenvolvimento conjunto da categoria de antagonismo.

Ao compreender que antagonismo é uma relação estabelecida entre duas forças inimigas e marcada pela negatividade (LACLAU, 2014, p. 133), Laclau e Mouffe retomam, através de tal conceito, a centralidade da noção de conflito para o político. Segundo os autores, a existência de disputas conflituosas no âmbito da política é um evento natural e imanente ao campo¹. Afastando-se o olhar das disputas de poder corriqueiramente intermediadas pelas regras institucionais para que se compreenda o momento do político em sua peculiaridade e raridade, eles se debruçam sobre os processos de reestruturação da organização de poder e de modificações sistêmicas significativas.

Inserido neste contexto, o objetivo do presente artigo é analisar as diversas dimensões de antagonismo presente na teoria do discurso proposta por Laclau e Mouffe (1985) e depois aprimorada por ambos. Sabe-se que, ainda que ambos partam de uma premissa não essencialista, os trabalhos desenvolvidos por Laclau aprofundam-se no aprimoramento teórico da noção de antagonismo, ao passo que Mouffe inova com o desenvolvimento da categoria agonismo². Para os propósitos deste artigo será focada a categoria antagonismo, sem menosprezar as contribuições de Mouffe.

Para a devida apresentação do conceito nos valem da análise bibliográfica acerca de um conjunto de publicações de Laclau (2014; 2013; 2000) e de Laclau e Mouffe (2015).

¹ Embora seja relativamente comum a indicação de uma influência do pensamento de Carl Schmitt nos escritos de Laclau, como aparece em Wennman (2013), esta relação não ocorreu. Laclau esclarece que, enquanto Schmitt trata da relação amigo-inimigo no nível das relações internacionais, ele aborda o antagonismo em termos gramscianos referindo-se “ao próprio tecido das articulações dominantes imediatas” (LACLAU, 2015, p. 30).

² Para Mouffe o agonismo é um tipo de relação na qual é mantida a dimensão de conflito, mas na qual as partes assumem “a legitimidade dos seus oponentes. Eles são adversários, não inimigos” (MOUFFE, 2015, p. 19).

O presente artigo divide-se, além desta introdução e da conclusão, em quatro partes: a primeira tem por finalidade situar o/a leitor/a acerca dos pressupostos epistêmicos que substanciam tal construção teórica, decorrentes de uma série de transformações ocorridas na compreensão do lugar da linguagem e do discurso na produção de conhecimento. A segunda parte do artigo dá conta das noções de discurso e a formação das identidades no campo político, introduzindo-se aí a noção de antagonismo desenvolvida pelo autor. Na terceira seção, apresentam-se os efeitos práticos da adoção de discurso na impossibilidade de objetivação do social, demonstrando-se porque, para este autor, o conflito é algo inerente à política. Por fim, elucidaremos as lógicas políticas que envolvem a noção de antagonismo em um mundo complexo, demonstrando que o social é fragmentado e que as construções são sempre contingentes e precárias.

2 A NOVA COMPREENSÃO DE DISCURSO E A TEORIA DE LACLAU E MOUFFE

No campo da linguística, a análise do discurso já é objeto de filiações e discussões desde a década de 1960, principalmente após firmar vínculos entre a linguagem e a estruturação do inconsciente e da ideologia (BURITY, 2010). No Brasil, essa influência passou a ser sentida a partir da década de 1970, muito por conta das publicações resultantes dos debates europeus (destacando-se a França como importante local de produção de conhecimento) e pela emergência de discussões articulando linguagem, subjetividade e realidade social no campo das ciências humanas (LOPES, 2012).

As novas discussões em torno da ideia de discurso propuseram um rompimento com o entendimento anterior, cujo objeto de estudo estava voltado aos usos populares e eruditos da língua (BURITY, 1997). O discurso passou, então, a ser compreendido a partir do lugar que esse ocupava enquanto inserido em relações sociais de produção, circulação e troca de bens materiais e simbólicos em determinado tempo e lugar (BURITY, 1997). Nesse contexto, compreendeu-se que a linguagem não pode ser separada da vivência social, e tampouco ser afastada das dissimetrias de poder (BARROS, 2006). Eles acabaram por inaugurar uma nova construção da realidade ignorada por vários campos científicos, cujo mérito reside na compreensão de que a materialidade do real é interpelada pelo simbólico. Isso significa dizer que “a realidade social é, como no adágio popular, “dita-e-feita”, não há distância nem sequência entre um mundo duro dos objetos e um mundo etéreo dos signos” (BURITY, 2010, p. 10). Como o processo de simbolização decorre de



uma construção social, processa-se também um rompimento com a ideia existencialista acerca de um sujeito detentor de liberdade de vontade, iniciativa e realização (BURUTY, 2010). Nesse sentido, explica Burity que

O sujeito está posicionado, delimitado: por instituições, pelos coletivos dos quais participa, pela temporalidade da sua formação social, pela incompletude de seu domínio sobre o mundo e pela intransparência de sua própria experiência de si. O discurso, como lugar de produção de sentido, é um lugar no qual essas duas dimensões se articulam (BURITY, 2010, p. 10).

Disso decorre uma importante observação sobre o caráter dos estudos que estavam emergindo: eles estavam preocupados não só com a linguagem, como também se voltavam à noção de discurso (BARROS, 2006). Eles não só diziam respeito às falas, palavras, intenções manifestas ou veladas; como também às instituições, aos costumes, à moda, aos procedimentos e comportamentos sociais. Um amplo – e nem sempre pacífico – território de práticas de significação foi descortinado por uma gama de pensadores, amparados nos estudos de Saussure, Lacan e Foucault.

A partir desses novos estudos – que receberam diversas contribuições e aprimoramentos de importantes pensadores classificados no que ficaram conhecidas como correntes estruturalista e pós-estruturalista – Laclau e Mouffe propõem uma notável teoria política em meados da década de 1980. O lançamento, em 1985, do livro “Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical” (2015) teve o mérito de trazer à política as discussões que antes se concentravam no âmbito da linguagem, transformando e recontextualizando as categorias linguísticas, a fim de produzir um novo campo do saber. A linguagem passa a ser compreendida não só como um fenômeno social, mas também passa a assumir a função de mecanismos retóricos ou de articulação de sentidos enquanto lógicas sociais e políticas. Nesse sentido, a teoria do discurso se colocou como

uma teoria de identificação dos significantes cuja contestação ou múltiplo investimento por parte de vários atores sociais permite construir articulações que alteram a ordem vigente – deslocada por crises ou deslegitimada por fracassos ou arbitrariedades – e apontam para alternativas emancipatórias (LOPES, BRITY, MENDONÇA, 2015, p. 16).

A partir das categorias desenvolvidas na obra lançada em 1985, o pensamento de Laclau pode ser caracterizado através do emprego das noções de teoria do discurso, democracia radical ou plural ou teoria de hegemonia. Os autores propõem, antes de mais nada, uma perspectiva teórica fundamentada na análise política dos processos de significação, através do qual são construídas representações que preenchem, de forma

sempre contingente e precária, o lugar do vazio universal. O elemento político do discurso reside, exatamente, na capacidade que tem os significantes de colocar infinitudes de particularidades em relação de equivalência frente a um outro antagônico, produzindo ao mesmo tempo articulações discursivas e divisão do social na busca de hegemonia discursiva.

Da adoção de tais pressupostos, ficam certas consequências no âmbito da Teoria do Discurso. O primeiro deles é a abdicação de qualquer prescritibilidade ou normatividade teórico-social, considerando-se que as decisões tomadas no âmbito da política são sempre incompletas e precárias pela impossibilidade de fechamentos discursivos decisivos. Segundo Mendonça (2003, p. 140) “não há sentidos sociais previamente constituídos, nem sentidos a serem desenhados com o pincel da necessidade. Todos os sentidos, portanto, devem ser entendidos em seus contextos e a partir de suas condições de emergência específicas”.

A segunda consequência que se coloca está no aspecto teleológico do discurso. Conforme se verá na próxima seção, projetos políticos hegemônicos são construídos a partir de cadeias de equivalências sempre precárias, e, por esta razão, instáveis. Nas palavras dos autores, “o mundo objetivo está estruturado em sequências relacionais as quais não possuem necessariamente um sentido finalístico e que, em muitos casos, na realidade não requerem qualquer sentido” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 127). Por conta disso, não existem verdades eternas e tampouco é possível prescrever uma forma de organização social.

A terceira consequência está na própria noção de discurso defendida pelos autores. Quando se pensa na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, é preciso se compreender que o discurso possui uma dimensão material. Nas palavras de Laclau, “Um espaço social deve ser considerado como um espaço discursivo se por discurso não se designar somente a palavra e a escritura, mas todo o tipo de ligação entre palavras e ações, formando assim totalidades significativas” (2000, p. 10, *apud* MENDONÇA, 2003, p. 140).

A mobilização de tais percepções, quando se pensa a teoria política, exige um aparato teórico capaz de dar conta da complexidade de tais pressupostos. As ferramentas desenvolvidas pelos autores serão exploradas na seção seguinte, destacando-se a importância da noção de antagonismo.

3 DISCURSO, PRÁTICA ARTICULATÓRIA E HEGEMONIA

A teoria do discurso de Laclau e Mouffe compreende que as fixações de sentidos são sempre parciais e exercem, sempre de forma precária e contingente, a função de organização do social. Nesse sentido, explica Mendonça (2007, p. 62) que “[a prática articulatória] evidencia uma orientação, uma estrutura interna, ainda que contingente e precária”. Isso se dá porque é nela e através dela que se dá a fixação de sentidos. As práticas articulatórias compreendem a “construção de pontos nodais que fixam parcialmente sentido; o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante, por sua vez, de um constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 117).

A fixação de sentidos, através das práticas articulatórias, se dá sempre em relação ao sistema discursivo que lhe permite as condições de emergências discursivas. Esse sistema propicia que elementos dispersos no campo da discursividade (denominados pelos autores como momentos) se articulem e produzam um discurso coeso e coerente (transformando-se, assim, no que os autores chamam de elementos). Nesse sentido, é importante compreender que é através das práticas articulatórias que se organizam identidades antes dispersas, para que estas possam buscar a hegemonia do campo discursivo e exercer, desta forma, influência política. Explicam Laclau e Mouffe que:

No contexto desta discussão, chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos tais que suas identidades sejam modificadas como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória chamaremos de discurso. As posições diferenciais, na medida em que elas apareçam articuladas num discurso, nós chamaremos momentos. Por contraste, chamaremos elemento qualquer diferença que não esteja discursivamente articulada” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 105).

Considerando os termos da passagem acima, verifica-se que a prática articulatória une elementos que não mantinham nenhuma relação anterior. Quando estes se colocam um em relação ao outro, necessariamente se processa uma modificação em suas identidades, qual seja, há uma “alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao ingresso na prática articulatória. O resultado da prática articulatória é o discurso” (MENDONÇA, 2003, p. 142).

Um discurso nunca emerge sem que tenha outro que o negue: para as práticas machistas, se coloca o feminismo; para as práticas homofóbicas, se colocam as pautas de reconhecimento. Isso se dá porque: i) o antagonismo é condição de existência para que

as práticas articulatórias se coloquem em relações de equivalências; ii) a formação das identidades sempre se dá de forma relacional. Estas são duas dimensões importantes para se conhecer o antagonismo.

Em relação à primeira, é importante destacar que Laclau e Mouffe definem o antagonismo como “o limite de toda a objetividade” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 198). Pode-se dizer, de outra forma, que a formação discursiva tem, em dado momento, bloqueada a produção de sentidos pela existência do corte antagônico. Estabelece-se uma relação paradoxal entre um “exterior radical sem medida comum com o interior” (LACLAU, 2000, p. 35), na medida em que a presença constante do antagonismo impossibilita a constituição completa do outro. Segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 125), “a presença do outro impede-me de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas”. Isso quer dizer que a produção de sentidos pelo interior discursivo está limitada pelo exterior antagônico: um discurso surge com a pretensão de preencher todos os sentidos que permitam sua completa universalização. Contudo, o antagonismo – assim como a contingência e a precariedade – inviabilizam a concretização de sua pretensão.

Há de se perceber, também, que ao mesmo tempo que o antagonismo bloqueia a expansão de sentidos de um discurso em relação ao discurso que o antagoniza, ele também possibilita que o discurso contrário exista. Laclau (2011) explica que ao mesmo tempo que discurso antagônico ameaça a constituição do interior discursivo antagonizado, ele é também a própria condição da existência do interior, na medida em que este último se constituiu sob a ameaça da presença do primeiro.

Essa relação que se estabelece entre os dois discursos antagonizados de negação e de dependência é que impede a constituição da objetividade, compreendida justamente pela impossibilidade do discurso se constituir plenamente. Porém, essa pretensão jamais será atingida, seja pelas características próprias do discurso (a contingência e a precariedade), seja pela presença do antagonismo.

Laclau e Mouffe (2015) traduzem a complexidade de tal desenho a partir do exemplo de camponeses que abandonam tal condição porque o proprietário de suas terras os expulsou. A atitude do latifundiário – sob a qual os camponeses não tinham qualquer ingerência – retirou-lhes elemento central de sua identidade: eles deixaram de ser camponeses para assumir outra identidade diametralmente oposta (de ser trabalhadores sem-terra). Howarth (2000, p. 106) explica que “os antagonismos introduzem experiências sociais, tais como ‘fracasso’, ‘negatividade’ ou ‘falta’, as quais não podem ser explicadas

por nenhuma lógica de sociedade positiva ou essencialista”. Para Laclau (2011), ao mesmo tempo que discurso antagônico ameaça a constituição do interior discursivo antagonizado, ele é também a própria condição da existência do interior na medida em que este último se constituiu sob a ameaça da presença do primeiro.

Considerando que o antagonismo pressupõe a existência de dois discursos contrários que se opõem, pode-se dizer sem qualquer margem de questionamento que o conflito é condição essencial para a constituição das identidades (RETAMAZO, STOESEL, 2014). A inserção de tal categoria na Teoria do Discurso tem o condão de romper definitivamente com a ideia de uma sociedade plena e pacificada. Ao contrário, os autores pressupõem a existência constante de um outro externo e oposto. A construção das identidades, nesta perspectiva, se dá em um terreno belicoso de constantes mudanças.

O segundo tópico, que diz que as identidades se constituem de forma relacional, exige a compreensão de duas categorias distintas desenvolvidas pelo autor, quais sejam: as relações de equivalências e as relações de diferenças. Na obra “Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical”, Laclau e Mouffe (2015) se utilizam do exemplo da diferenciação que ocorre entre colonizador e colonizado para demonstrar a complexidade teórica que abarca a noção de equivalência na teoria do discurso. Dizem os autores que, em um país colonizado, o poder dominante se expressa por meio de distinções vinculadas à vestimenta, à cor de pele, aos costumes e à linguagem. As categorias não são iguais entre si, porém, quando contrapostos ao povo colonizado, elas perdem sua singularidade para significar algo idêntico subjacente a todas elas, qual seja, a noção de colonizador. Nesse caso, como se poderia determinar a identidade sem que se apagassem as diferenças?

Uma solução ao imbróglio seria tornar equivalentes todas as características diferenciais de um objeto. Contudo, os autores problematizam que uma relação de equivalência que absorva todas as determinações positivas do colonizador em oposição ao colonizado não demonstra as posições diferenciais que existem entre eles, de tal modo que o colonizador passa a ser construído como aquele que não foi colonizado. Sua identidade torna-se puramente negativa.

Como uma identidade não pode se apresentar de forma exclusivamente negativa, se estabelece a grande ambiguidade que atravessa toda a relação de equivalência: os termos, para serem equivalentes, precisam necessariamente ser diferentes (caso

contrário, eles seriam idênticos). A equivalência se estabelece entre os termos na medida em que eles compartilham sentidos comuns, sem que isso apague suas diferenças.

Laclau e Mouffe defendem a concepção de que nem as equivalências totais e nem a objetividade diferencial são totalmente alcançadas, por conta da presença do corte antagônico. Dizem eles que:

A dissolução do caráter diferencial das posições dos agentes sociais por meio da condensação equivalencial nunca é completa. Se a sociedade não é completamente possível, tampouco o é totalmente impossível. Isso nos permite formular a seguinte conclusão: se a sociedade nunca é transparente a si, por ser incapaz de constituir-se em um campo objetivo, tampouco o antagonismo é inteiramente transparente, já que ele não logra dissolver totalmente a objetividade do social (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 207).

Dito de outra forma, as relações de equivalências se estabelecem entre discursos não iguais que compartilham sentidos afins, contrapostos a um discurso pelo corte antagônico. A impossibilidade de constituição completa de sentidos evita, por um lado, que se apaguem as diferenças entre os discursos mediante a universalização do processo de significação, ao mesmo tempo que mantém os sentidos em relação de equivalência. Para que se operacionalize um corte antagônico basta que uma identidade seja negada. Por conta disso, “há uma variedade de antagonismos possíveis no social, muitos deles em oposição uns aos outros” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 209). A lógica da diferença, nesse contexto, tende a ampliar o número de posições que podem ser combinadas, expandindo e tornando o social mais complexo. A lógica da equivalência, por outro lado, reduz o número de posições que podem ser combinadas, simplificando o espaço político. Em um campo de muitas posições diferenciais, proliferam-se antagonismos, que interferem – de forma até contraditória – na identidade dos sujeitos. Essa lógica é de fundamental importância, porque explica a constituição de identidades nas sociedades complexas em que os sujeitos são sobredeterminados por diversos discursos, sendo totalmente indevida a fixação de sua identidade baseada em um só elemento (como, por exemplo, o lugar que este ocupa na luta de classes).

Essa segunda dimensão do antagonismo, que se vincula com as relações de equivalências e diferenças, vem a demonstrar que as alterações semânticas que podem ocorrer entre os diferentes discursos se distribuem de forma aleatória e imprevisível no campo discursivo. Os diversos antagonismos viabilizam formações identitárias até mesmo contraditórias, que se transformam de acordo com as condições de emergências

discursivas do campo. Ainda que se constituam de forma relacional, o elemento positivo do momento discursivo vivenciado diz respeito às escolhas semânticas produzidas em detrimento de outras tantas possíveis, o que é definido de forma sempre contingente e aleatória: não há identidade que se mantenha sempre igual e tampouco há um sentido discursivo cujo processo de significação esteja completo.

Essa dupla percepção abre ensejo para a compreensão dos dois papéis do antagonismo: ao mesmo tempo que ele nega as constituições completas de sentidos de um discurso, ele se coloca como sua condição de existência. Por outro lado, a universalização de uma identidade é impossível pelas limitações linguísticas, dado que os processos de significação sempre se dão de forma relacional e contingente.

A compreensão de que as identidades se dão em um terreno de disputa política – operacionalizada através do antagonismo e da disputa hegemônica – sedimenta a centralidade da noção de conflito para a compreensão do que é político para os autores. Partindo da premissa de que os processos liberais de consenso sempre pressupõem uma exclusão (MOUFFE, 2015, p. 10), os autores buscam desenvolver um aparato conceitual que resgate o valor do embate e do antagonismo para a constituição das identidades e da ordem social.

O cerne da concepção teórica de Laclau e Mouffe baseia-se na ideia de um sujeito faltoso e desejante, inserido em um contexto discursivo incompleto. A construção desse sujeito se dá a partir de processos de identificação, que em sociedades democráticas se mostram múltiplos e contingentes. Esses processos estão sempre presentes nas sociedades democráticas (MOUFFE, 2015) e são fundamentais para as construções de processos de identificação. As ordens instituídas estão constantemente sob ameaça daqueles que não tiveram parte na sua instituição e – porque a pacificação social é impossível – tal condição é invencível e o conflito, inevitável.

4 A DUPLA IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE SENTIDOS FINAIS

O discurso é resultado de uma prática articulatória que unifica pontos diferenciais e os coloca em equivalência em relação a um ponto nodal. Ele é produto da sistematização de elementos que, antes, não se relacionavam entre si e que renunciam à sua particularidade para se colocarem na posição de momentos diferenciais. Essa transformação nunca é completa, pela impossibilidade de fechamentos dos sentidos



discursivos que ocorre com a necessária existência de um discurso que se coloque em oposição ao discurso dado (o exterior constitutivo).

Nesse sentido, a relação antagônica se coloca como um efetivo impedimento para a constituição de uma identidade universal: o “nós” sempre é compelido pela existência do “eles”, que é justamente aquilo que o “nós” não quer/não pode ser. Laclau explica que “a força que me antagoniza nega minha identidade no sentido mais estrito do termo” (LACLAU, 2014, p. 34). Isso quer dizer que não há qualquer possibilidade de incorporação de elementos de um discurso antagônico no interior do discurso antagonizado, pois, se isso ocorrer, é o fim do próprio sistema como sistema, constituído a partir da negatividade do exterior antagônico. De acordo com Laclau, a identidade é constituída por uma relação da significação ontológica sobre um conteúdo ôntico. Nesse sentido, um elemento que proporciona identificação exerce um papel ôntico e, justamente por simbolizar essa identidade, passa a desempenhar, diferentemente, um papel ontológico na medida em que outro conteúdo passe a ameaçar essa identidade (LACLAU, 2014). Para o autor, “el antagonismo presupone la *incompatibilidad* entre elementos opuestos [...]” (LACLAU, 2014, p. 128, grifos do autor).

Para além do corte antagônico, no interior da prática articulatória, se processa uma lógica diametralmente distinta: considerando que há uma constante incorporação de novos elementos e sentidos discursivos, as identidades tendem a se alterar de forma aleatória, sendo impossível determinar-lhe uma literalidade última.

A impossibilidade de uma identificação final também ocorre pela abundância de sentidos que podem ser incorporados, constituídos ou perdidos ao longo de uma cadeia de equivalências em torno de um corte antagônico. Assim, essa impossibilidade é resultado desse duplo movimento: o externo, com o corte antagônico, e o interno, no qual há uma reestruturação da estrutura interna pela abundância de sentidos (MENDONÇA, 2003). Se se está diante de uma cadeia muito longa de relações de equivalências, mais genérica será a identidade geral para abarcar o maior número de particularidades. A articulação de seus momentos faz com que suas identidades sejam saturadas constantemente, dada a própria precariedade e contingência dos próprios conteúdos semânticos que constituem as identidades. Os sentidos discursivos de um sistema possuem natureza incompleta.



A fixação de uma identidade completa é algo impossível dentro da ontologia³ utilizada no âmbito da Teoria do Discurso. Ao mesmo tempo que o corte antagônico infere uma natureza constitutiva ao discurso e se coloca como uma possibilidade de constituição identitária, ele barra a universalização deste discurso pela sua negação. Assim também se dá a produção de conteúdos semânticos particulares: eu só posso ser mãe, porque não sou pai, nem filho, nem irmão. A inserção no mundo simbólico se dá a partir de um contexto discursivo específico, que tem por função dar um lugar a partir da negação de outros lugares possíveis.

Disso decorre uma importante consequência: A é A, porque não B. A identificação de A depende de B, ao mesmo tempo que é diferente dele. Para que se diferenciem um do outro, é imprescindível que estes tenham elementos opostos, contrários (LACLAU, MOUFFE, 2015; LACLAU, 2011). Assim o é na arena política: ser de direita implica não ter características de esquerda, e vice-versa. Ser feminista é não ser machista. Ao mesmo tempo, ser feminista e ser de direita tem outras características positivas, igualmente definidoras de sua identidade, pois implica na aceitação de posições justapostas a essas duas esferas - ideias não machistas, mas, também, a defesa de certos pensamentos conservadores.

Conforme se depreende do exercício anterior, um discurso jamais se torna universal por duas razões distintas: pela existência de um corte antagônico que, ao mesmo tempo em que se coloca como sua razão de existência, nega sua identidade e, também, pela impossibilidade linguística de construção de sentidos semânticos que não se relacionem de forma positiva e negativa com os demais sentidos que auxiliam na sua constituição. Disso decorre que a existência de uma sociedade plenamente pacificada é uma impossibilidade real, razão por que os conflitos nunca serão eliminados da política.

Mouffe (2015, p. 17) explica que toda ordem se baseia na exclusão de outras possibilidades e nisso reside seu caráter político e constituidor da ordem do social. Contudo, porque existem tais exclusões e porque toda construção hegemônica é precária, a ordem se vê sempre ameaçada por práticas anti-hegemônicas que buscarão desarticulá-la para instaurar uma nova forma de hegemonia. O conflito é inerradicável e inerente a qualquer construção social, por mais complexa que pareça.

³ Para uma compreensão das bases teórica, epistemológica e ontológica da Teoria do Discurso aqui tratada, conferir Mendonça e Rodrigues (2014a, 2014b).

5 ANTAGONISMO, SIGNIFICANTES FLUTUANTES E HETEROGENEIDADE DO SOCIAL

Sabendo que o social se constitui a partir de múltiplas lógicas, Laclau traz novos – e pertinentes – questionamentos sobre o tema: o que acontece quando as forças dos dois lados da fronteira antagônica se deslocam para outras direções? E o que acontece quando querem se incorporar à cadeia de equivalência um discurso que afronta o conteúdo particular de outros discursos que estão articulados? (LACLAU, 2013). Esses questionamentos podem ser respondidos pelo que o autor chamou de significantes flutuantes e heterogeneidade do social.

Laclau explica que há uma tensão sempre presente quando da formação de cadeias de equivalências: uma vez articuladas em elos de uma mesma cadeia, não há subordinação das relações de diferença sob as relações de equivalências. Porém, é inegável que a inscrição em uma cadeia restringe a autonomia das demandas, que abdicaram de parte de suas particularidades (LACLAU, 2013). A tensão entre as relações de equivalências e de diferenças é exemplificada pelo autor através da atuação do Partido Comunista Italiano nas décadas de 1940 e 1950. No período, o partido articulou relações de equivalências em uma grande variedade de frentes. Dessa forma, houve uma melhor definição de objetivos e maior eficiência na ação tática dessas demandas. Porém, por outro lado, elas ficaram submetidas ao partido (LACLAU, 2013).

A tensão entre os extremos está sempre presente nas cadeias de equivalências, que podem se romper se houver um desequilíbrio entre elas. A organização desses significantes depende de uma fronteira dicotômica: ao mesmo tempo que eles se articulam pela negação do inimigo antagônico, permanecem diferenças entre eles que os colocam em relações de equivalências. É nesse cenário que assume importância a noção de significante flutuante. Ele toma lugar quando as fronteiras dicotômicas, ainda que não desapareçam, se tornam imprecisas pela formação, no lado oposto, de uma cadeia de equivalências nas quais demandas populares são articuladas com elos diferentes (LACLAU, 2013). Esse cenário acaba gerando uma autonomia dos significantes populares, de tal forma que seu significado se torne indeterminado entre fronteiras alternativas de equivalências (LACLAU, 2013).

Embora as noções de significante vazio e de significante flutuante se aproximem na prática, seus conceitos não se confundem. Os significantes vazios pressupõem a existência de uma fronteira estável, através da qual a formação do povo se dá em torno



de um significante que busca universalidade. Os significantes flutuantes, por sua vez, tomam lugar quando as fronteiras não estão definidas e os significantes operam em diferentes dimensões (LACLAU, 2013). Elas não devem, contudo, serem compreendidas como opostas: é difícil de imaginar, na realidade social, uma situação em que a fronteira fosse inteiramente imóvel, porém é igualmente difícil de pressupor uma flutuação sem qualquer fixação parcial (LACLAU, 2013).

É igualmente complexo, porém de fundamental importância, a compreensão da heterogeneidade das demandas que compõem as cadeias de equivalências. É perfeitamente possível que existam duas demandas que sejam opostas em suas reivindicações específicas. Em uma situação como esta, na qual não estão formados dois discursos antagônicos em torno de um significante vazio, tais diferenças são deixadas de lado, no sentido de não moldar a identidade de quem está dentro (LACLAU, 2013). Dito de outro modo: entre os dois discursos, não se estabelecem relações de diferença porque, para que se possa fazer tal afirmação, se faz necessário um espaço no qual tal diferença seja representável. A heterogeneidade, diferentemente, ocupa um espaço comum. E este espaço, fundamentado em um abismo, propicia o constante deslizamento dos significantes à sempre aberta produção de sentidos.

Rompendo com tradições essencialistas (como o marxismo), Laclau demonstra, através do exemplo da classe trabalhadora, que os pontos de ruptura e de contestação não estão condicionados à formulação de uma identidade prévia, e sim são constituídos – de forma precária e contingente – pelo contexto discursivo no qual estão inseridos. Para exemplificar tal raciocínio, Laclau vale-se da figura do trabalhador (2013): o trabalhador é aquele que vende sua força de trabalho. Ele não necessariamente está articulado em torno de uma luta política: ele só se inserirá nela se quiser resistir a algo posto. Disso decorre que o antagonismo não é inerente às relações de produção: ele se estabelece quando houver uma identidade de resistência que se colocar contrária a ela (LACLAU, 2000). São os contextos políticos que articulam as demandas em torno de determinados sentidos: não é possível afirmar de antemão como essa luta se organizará. É possível dizer que as relações de antagonismo, o significante vazio e a tentativa de hegemonia somente se fazem possíveis pela presença do heterogêneo.

No âmbito daquilo que pode ser simbolizado, o heterogêneo se encontra no campo da diferença: para que existam equivalências, os conteúdos semânticos dos discursos não podem ser idênticos, é preciso que exista um elemento particular. Nesse sentido, a principal consequência da heterogeneidade para a lógica política consiste na



compreensão de que o campo político possui uma complexidade que jamais poderá ser sintetizada. E é justamente porque ela existe, que o jogo político torna difícil a fixação de limites fixos e claros entre o que é interno e o que é externo e entre o que são significantes vazios e o que são significantes flutuantes (LACLAU, 2013). A lógica política consiste, em larga medida, no deslocamento das fronteiras políticas e, justamente por isso, a operação política se traduz na construção de um significante vazio. Esse processo pressupõe a definição de novas fronteiras, que são sempre instáveis e contingentes. Quando o inimigo é transformado em um não-ser, adentra-se no terreno dos antagonismos sociais. Não se trata de uma ordem objetiva, muito ao contrário: ela impede a construção de uma ordem objetiva como tal. Como consequência, o social sempre será uma objetividade falida (LACLAU, 2014).

O conflito – expresso através de relações antagônicas – desempenha o papel de inviabilizar a constituição de identidades plenas. Muitas consequências decorrem de tal operação, destacando-se o fato de que um fundamento objetivo que abarcasse os dois pólos da relação antagônica é impossível, pela própria impossibilidade da plenitude. É nesse sentido que ganha relevo a hegemonia. Ela tem a função de representar uma plenitude ausente (LACLAU, 2014), que tem sempre sua presença ameaçada por exterior antagônico. O conflito estabelecido entre os dois discursos é central para a concepção de política defendida pelo autor: diferente dos sentidos normalmente atribuídos ao termo, que dizem respeito ao funcionamento das instituições, a política se manifesta para Laclau através da disputa entre dois discursos antagônicos para a hegemonia discursiva (LACLAU, 2014). Para a Teoria do Discurso, o social se constitui pelos diversos conflitos antagônicos que disputam, a todo momento, a construção da ordem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se definir as influências e principais ferramentas teóricas desenvolvidas por Laclau e Mouffe considerando o local privilegiado que estes atribuem à noção de discurso e às consequências que tal escolha epistêmica e ontológica implica. Dentre estas, neste artigo exploraram-se as limitações impostas pelos processos de significações linguísticas e pela noção de antagonismo adotada pelos autores. Defendeu-se a concepção de que o processo de significação em torno de um objeto depende do contexto discursivo em que

ele está inserido, visto que, para que este se constitua como tal, ele necessariamente vai ter de negar a identidade de outros. Demonstrou-se, também, que a constituição das identidades se dá de forma precária e contingente, sendo que sua carga semântica é alterada de acordo com suas relações.

Nesse sentido, assume importância outra categoria muito explorada pelo artigo, que é a noção de antagonismo. Laclau a define como a impossibilidade de universalização de um discurso pela sempre existência de outro discurso que o nega. Este discurso, ao mesmo tempo que materializa a impossibilidade de universalização, também é condição de sua existência. Para a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, a constituição das identidades depende de um corte antagônico e das relações de equivalências, qual seja, sempre está calcada na ideia de um conflito e na constante busca pela hegemonia do campo discursivo. Contudo, um discurso hegemônico sempre possui um discurso contra hegemônico, razão por que a existência de conflitos é inerente a organização social.

Conclui-se então que, para esta perspectiva teórica, o conflito é constitutivo da lógica do social e é elemento inerente à política. Diferenciando-se das correntes tradicionais, que buscam na composição e na deliberação a estabilidade, compreende-se aqui que as construções são caracterizadas pela precariedade e pela contingência, sendo constantemente ameaçadas por um discurso que as nega.

REFERÊNCIAS

ARDITI, Benjamín. Rastreado lo político. **Revista de Estudios Políticos**, v. 1, n. 87, p. 333-351, 1995.

BARROS, Sebastián. Inclusión radical y conflicto en la constitución del pueblo populista. **Confines Relaciones Internacionales y Ciencia Política**, Monterrey, v. 2 n. 3, 2006. Disponível em: www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1870-35692006000100004&script=sci_arttext. Acesso: out. de 2017.

BURITY, Joanildo. Teoria do Discurso e Educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política. **Revista Teias**. v. 11, n. 22, p. 07-29, 2010. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24113/17091>. Acesso: out de 2017.

_____. Cultura e Identidade no campo religioso. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n° 9, p. 137-177, 1997. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/nove/burity9.htm>. Acesso: out. 2017.



HOWART, David. **Discourse**. Buckingham: Open University Press, 2000.

LACLAU, Ernesto. Entre a equivalência e a diferença: notas sobre a trajetória teórico-política de Ernesto Laclau. *In*: LOPES, Alice C.; MENDONÇA, Daniel de (Orgs). **A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas**. São Paulo: Annablume, 2015. p. 15-34.

_____. **Los fundamentos retóricos de la sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

_____. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

_____. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. 2 ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015. 288 p.

LOPES, Alice Casimiro. Democracia nas políticas de currículo. **Tema em Destaque**. v. 42, n. 147, p. 700-715, 2012. Disponível em:
http://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/123456789/952/2012_Lopes_Democracia%20nas%20políticas%20de%20currículo.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso: out. de 2017

LOPES, Alice C; BURITY, Joanildo A.; MENDONÇA, Daniel. Apresentação. *In*: LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015. p. 7-33.

MENDONÇA, Daniel de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unissinos**, São Leopoldo, v. 43, n. 3, p. 249-258, 2007.

MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na Ciência Política contemporânea: uma análise a partir da teoria do discurso. **Revista de Sociologia e Política**. v. 1. n°20. Curitiba, junho de 2003. p. 135-145.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. *In*: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014a. p. 27-45.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. *In*: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014b. p. 47-57.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 2018.



RETAMOZO, Martín; STOESSEL, Soledad Stoessel. El concepto de antagonismo en la teoría política contemporánea. **Estudios Políticos**, Buenos Aires, v 1, n. 44, p 13-34, 2014.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2015.

WENMAN, Mark. **Agonistic democracy: constituent power in the era of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

A política como conflito: a noção de antagonismo na teoria de Ernesto Laclau

Letícia **BARON**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (RS), Brasil
letibaron@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2784-2163>

Bianca de Freitas **LINHARES**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (RS), Brasil
biancaflinhares@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-2541-3640>

FINANCIAMENTO

Em relação a segunda autora: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 06 de abril de 2020

Aprovado em: 24 de junho de 2020

